**CAMPESINOS X TERRATENENTES:**

**BREVE OLHAR SOBRE O PROCESSO DE REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO CHILE: (1962-1990)**

**Eje temático:** 9

**Apellido y nombre**: Vazelesk Ribeiro, Vanderlei

**Pertenencia institucional:** Escola de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO

**Dirección de correo electrónico:** vvazelesk@gmail.com

*Trabalho a ser apresentado às Jornadas Interdisciplinarias*

**Introdução**

Em setembro de 1975 o senhor o senhor Robinson Moira Ventura em seu nome e de seu sócio Irenio Nuñez Leiva enviou um extenso Memorial à Então Corporación de Reforma Agraria. Solicitava para ambos a devolução das terras que haviam perdido em 1968 para a Cora. Segundo ele haviam comprado as terras em abril de 1966, a Dona Maria Josefina Prado, mas as mesmas tinham sido expropriadas dois meses depois e eles forma atingidos, ainda que a compra tivesse sido feita de modo perfeitamente legal à época. Pediam então ou a devolução integral do imóvel ou pelo menos a reserva (para o caso cerca de quarenta hectares), a que teriam direito segundo a lei vigente, já que a mesma dizia que o terratenente expropriado teria direito a oitenta hectares de irrigação básica, medida que variava bastante de região para região no país. Entretanto nossos peticionários ficaram mesmo sem suas terras, mesmo depois do golpe empresarial-militar, que depôs Allende em setembro de 1973. Porque embora argumentando com o fato de que compraram as terras legalmente, investiram mesmo depois do decreto de expropriação e agora queriam colaborar para seu país, que fora salvo do marxismo pelos militares Robinson e Irenio não alcançaram seus objetivos. Como veremos o processo de reversão da reforma chilena foi muito mais complicado do que se poderia pensar. Não tinha-se estruturado uma reforma radical, feita durante a curta experiência do presidente Allende, mas sim foram onze anos entre aquela lei aparentemente tímida de 1962 e o bombardeio ao palácio de La Moneda. Robinson e Irenio, Assim como outro peticionário que queria rever seu pedaço da antiga fazenda Chacon, ficariam, pelo menos naquele momento aguardando por dias melhores.[[1]](#footnote-1)

Neste trabalho discutiremos inicialmente o processo de reforma agrária desencadeado a partir de 1962 no Chile durante os governos de Jorge Alessandri (1958-1964), Eduardo Frey (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973) e a contrarreforma desfechada a partir da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Observaremos que mais do que um processo de socialização, o que se procurou num primeiro momento foi desencadear uma espécie de vacina contrarrevolucionária. Só que diferentemente do caso peruano estudado por nós a muitos anos, aqui se buscou implantar a reforma agrária a partir de uma legislação construída no parlamento e que depois dependeria da disposição do governo de turno em implantá-la, enquanto na pátria incaica foram aprovada e executada sob regime militar. Por outro lado, veremos que a contrarreforma acabou significando não a construção do antigo poder latifundista, o que aliás muito desagradou certos setores proprietários, que tudo fizeram pelo desencadeado do golpe de Estado, mas sim a criação de uma nova estrutura capitalista no campo.

**1 – Reforma Agrária: vacina contra a Revolução? (1962-1973)**

A visão mais consolidada a respeito do processo de reforma agrária chileno indica que o país não vivia um movimento campesino de ampla magnitude, quando da aprovação no parlamento das primeiras leis de reforma agrária em 1962, tão pouco quando em 1967 A lei de reforma mais ampla, encaminhada por Eduardo Frey foi promulgada no parlamento. (Ovalle, 2013,P: 31; Ulloa, 2006, P: 45). Nos depoimentos colhidos por Angélica Ovale junto a proprietários expropriados pela reforma agrária Eduardo Frey surge como uma lembrança muito mais terrível que Salvador Allende. Allende aparece como o marxista intratável, mas de quem afinal já se esperava medidas duras. Frey é uma espécie de tratador: apostaram nele contra o presidente Allende, mas afinal as coisas mudariam e umito de figura. Mas por que uma reforma agrária num país aparentemente sem reivindicações campesinas?

Antes que nada é preciso questionar a ideia de um Chile totalmente isento de questionamentos à sua estrutura agrária: os mapuches, povo que historicamente habitara as regiões fronteiras, com a Argentina, fixara-se fortemente em zonas como Maleco E Temuco. No século XVII conseguiram mesmo um tratado com espanhóis, delimitando sua fronteira no Rio Biobio, reafirmado com o Estado chileno em 1825 (Corréa, 2005, P: 13). Entretanto as décadas de 18870 e 1880 marcariam a chamada pacificação da Fronteira da Arauco, onde as povoações mapuches foram reduzidas a áreas muito limitadas e mesmo estas áreas eram muitas vezes entregues ilegalmente a imigrantes alemães, franceses e suíços. As lutas deram-se originalmente na justiça, mas com resultados infrutíferos.

Se o problema mapuche era latente, poderíamos falar em uma questão agrária no Chile Central? Esta região fora importante produtora de bens durante o século XIX. Dali se exportara o trigo, que, nos primeiros tempos abastecera os garimpeiros de ouro da Austrália e da Califórnia. Mas estes tempos já iam longe. A agricultura chilena se paralisara, ou pelo menos modernizara-se muito lentamente a partir de inícios do século XX. Não conseguia competir no mercado internacional com o trigo argentino e mesmo o vinho sofria importante concorrência de produtores de Mendoza, também no país vizinho. Entretanto esta elite terratenente tinha um trunfo bastante importante em suas mãos: o poder político. Embora o principal produto de exportação chileno fosse de origem mineira, primeiro o salitre e após a primeira guerra mundial o cobre, os proprietários rurais especialmente no Chile central encontravam-se incrustrados em postos-chave no governo e no parlamento durante as primeiras décadas do século XX. Deste modo, embora não competissem agressivamente no mercado internacional, conseguiam garantir sua posição social de destaque pela via de luta parlamentar e através de organizações como a Sociedade Nacional de Agricultura, que como suas similares, Sociedade Rural Brasileira e Sociedade Rural Argentina, garantiam seus interesses junto à Sociedade política. Não seria exagero dizer que as difíceis condições de trabalho a que estavam submetidos os campesinos chilenos[[2]](#footnote-2) eram a base para manter os lucros obtidos pelo setor proprietário e não, a partir de inovações tecnológicas.

Contudo os questionamentos começariam: Na década de 1920 o recém-lançado PCB começaria a tentar organizar sindicatos. O partido tinha relativa implantação em nonas mineiras do norte do país. Quando muitas vezes estes mineiros voltavam para suas áreas de origem, já traziam novas formas de avaliar a vida e começava, ainda que cautelosamente, a questionar o patrão (Aguilera, 2009P: 23). Tal questionamento só podia ser mesmo cauteloso: o discurso patronal legitimava-se e ainda hoje os antigos expropriados ou seus descendentes o fazem, através da noção de que tudo o fazendeiro fazia pelo seu empregado: livrá-lo do serviço militar, às vezes da cadeia, pagar-lhe dívidas, enfim, protege-lo numa relação com o mundo para a qual ele, o roceiro, não estava preparado. Daí o discurso também repisado como um mantra no Brasil e na Argentina, a respeito da harmonia vigente nos campos.

Contudo um fator externo começou a por, ainda que lentamente, em questão estes papeis sociais tão rigidamente hierarquizados: a crise econômica de 1929. O país foi literalmente sacudido pela crise: dependendo fundamentalmente da exportação bem menos do salitre do que do cobre, o país da geografia louca, foi dos que mais sofreu o impacto da crise de Nova York, afinal se os argentinos ainda teriam como exportar seu trigo, ainda que com muita limitação, se o Brasil não saberia muito bem o que fazer do café o Chile não teria mesmo o que fazer do seu principal produto de exportação. No plano político a ditadura de Carlos Ibánez desabou em 1931 e o Chile viveu dezoito meses de intensa instabilidade, chegando mesmo a ter proclamada uma efêmera República Socialista, que durou duas semanas em 1932. Embora o regime estabilizara-se com a eleição do ex-presidente Arturo Alessandri o questionamento do modelo calcado em exportações se generalizava (Aggio, 2001, P: 25). A instabilidade chegou a pequena Ranquil,localizada na atual província de Ñumble, Região do Biobio em 1934, onde camponeses uniram-se aos mapuches numa revolta esmagada em 1934.

Para José Bengoa a década de 1930 poderia ter sido o momento para duas medidas-chave: a sindicalização rural e a Reforma agrária. O Código do Trabalho de 1931, já indicava direitos trabalhistas como o salário mínimo e outros muito básicos, como por exemplo, um banheiro adequado. Loveman nos mostra a gigantesca dificuldade que era tentar avançar nos campos chilenos para reclamar relações de trabalho no início dos anos 1960 (Loveman, 1976, P: 26). Em 1938, com a eleição de Pedro Aguirre Cerda para a presidência da República, o momento parecia chegado: era a vitória de uma aliança que unia radicais (moderados apesar do nome), socialistas e comunistas numa frente Popular. A ideia era industrializar o Chile, sendo criada a corporação de Fomento. No Campo aprovou-se uma lei de sindicalização rural, mas a mesma só durou três meses. Tamara Carrasco analisando a comuna de Paine, que foi vigorosamente vitimizada durante as primeiras horas da ditadura de Augusto Pinochet,, avalia a situação, quando em 1940, um grupo de camponeses da localidade de Huélquén, um distrito de Paine foi pedir ajuda ao padre católico Carlos |Valenzuela; explicaram a difícil situação em que viviam no fundo Vitoria de Cardonal, onde trabalhavam para Rosendo Vidal Garcês. O padre publicou na Revista Católica um manifesto, que inspirara uma pauta de reivindicações a ser encaminhada ao patrão. A reação deste foi contra-atacar numa revista local, criticando fortemente as “desorbitadas” concepções econômicas da Igreja que ele associava mecanicamente a concepções esquerdistas, numa espécie de antecipação em duas décadas da teologia da Libertação. (Carrasco, 2012, 24-25). A imagem de um campesinato dócil, um tanto infantilizado que só se rebelaria se estimulado desde fora seria acionada em diversos momentos.

De todo modo a sindicalização campesina continuaria limitada. Para Santa Ulloa, mesmo os comunistas, Ainda que tivessem de acordo com Enrique Guayco, organizado a Liga nacional dos camponeses pobres em 1935, teriam aceito a exclusão dos rurais em troca de melhores condições de vida para os trabalhadores de crescente indústria. Mesmo quando a lei de sindicalização foi revigorada em 1946 momento em que o PCCH ocupou um ano postos no governo de Gabriel González Vidella, as limitações à atuação camponesa seriam enormes, posto que para votar e ser votado nos sindicatos existia-se alfabetização o que significou na prática a exclusão do campesino, como já se fazia na política eleitoral. (Ulloa, 2006, P: 35).

Paradoxalmente uma interação do Chile com o contexto de guerra fria, pode ter contribuído para que o PCCH voltasse seus olhos para o mundo agrário. Como seu par brasileiro o PC foi posto fora da lei em 1948, e muitos de seus membros foram exilados no meio agrário. De acordo com José Peralta isso pode ter colaborado para uma pequena difusão sindical no meio rurícola, contando com a já tradicional presença dos antigos mineiros ou portuários, que voltavam para suas áreas de origem. Em 1953, como o seu par brasileiro o PC (não temos registros do partido socialista, mas é necessário investigar mais), realiza a primeira conferência de campesinos chilena. Clandestina, a conferência elabora uma pauta, que especifica pontos como os direitos trabalhistas, a reforma agrária e a devolução das terras aos mapuches. (Peralta, 2005, P: 17.)

Entretanto conforme recorda Santana Ulloa, a partir de meados da década de 1950 as críticas à agricultura chilena começaram a vir não só e, às vezes, neste país a agricultura, ainda que nesta época, apenas rincipalmente com o café, dava conta da esquerda. A cidade de Santiago e sua zona metropolitana cresceram face a uma industrialização relativamente protegida da competição internacional, mas como no Brasil daqueles anos a agricultura não conseguia dar conta de abastecer o crescente mercado urbano. Só que no mais

Populoso país do continente, o setor primário, especialmente através do café, continuava garantindo divisas para importar bens necessários à industrialização. Desta maneira os setores representados em entidades como a Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Rural Brasileira, tinham excelentes argumentos para sua defesa pública: afinal estavam pagando sozinhos a conta da industrialização. Já no caso chileno, onde o “soldo de Chile” continuava a ser o cobre, que poderiam dizer os setores proprietários? A representação política que era até então seu principal sustentáculo, começou a balançar com uma medida aparentemente simples adotada em 1958. Até então as cédulas eleitorais eram distribuídas pelos partidos políticos aos eleitores. No meio agrário isso era vitória certa para conservadores e liberais. Como no Romance a Casa dos Espíritos de Isabel Allende o dia da eleição era o de comer melhor, beber um vinho por conta do patrão e votar. Mas naquele ano, seria diferente: as cédulas só seriam distribuídas no local de votação e partido comunista estava de volta numa parceria com os socialistas, liderados pelo já experiente senador Salvador Allende. Naquelas eleições a vitória ainda seria para o conservador Jorge Alessandri, mas por trinta mil votos (Aggio, 2001, P: 36).

Mas as críticas à agricultura começariam a vir também de um lugar insuspeitado: os EUA. Nas memórias de terratenentes expropriados no Peru e no Chile ao lado do comunismo, existe um fantasma pouco esperado, se a gente fica muito limitado a um maniqueísta conceito de guerra fira: os EUA. Em 1959 Fidel Castro anunciou sua Revolução à Cuba e ao Mundo. A reforma agrária já ensaiada na sua lei da Serra Maestra, agora seria realizada logo depois da Revolução.[[3]](#footnote-3) A afetação de terras controladas pela United Fruit Company foi o pretexto para a pressão estadunidense, que culminou na frustrada invasão da Baía dos Porcos. O desastre de abril de 1961 levou os *policy makers* estadunidenses a pensar uma nova estratégia para seu desenvolvimento. Em agosto realizou-se a conferência de Punta del Leste. Dela resultaria a chamada Aliança para o Progresso: vinte países comprometeram-se a envidar todos esforços para deixar o subdesenvolvimento, via industrialização. Dentre as principais medidas estava uma pregada pelos economistas da Comissão Econômica para América Latina (Cepal): a reforma agrária. Ela ampliaria o mercado interno para as débeis indústrias, conteria o êxodo rural e, melhor ainda, não deixaria ao camponês a alternativa entre a fome a revolução. Estaria ali a vacina?

O governo chileno que compareceu a Punta del Leste estava em situação difícil: em 1960 um terremoto atingiria profundamente o país e se precisava de recursos externos a serem obtidos nos EUA. Internamente o governo conservador perdeu as eleições parlamentares de 1961: Os EUA condicionaram seu empréstimo e os radicais, vencedores da eleição, seu apoio ao governo a uma mesma condição: apoiar uma lei de reforma agrária (Ovalle, 2006, P: 53).

No ano seguinte a lei 15020 foi aprovada no parlamento. Chamada de reforma agrária de “macetero” por grupos de esquerda a lei abria caminho à reforma estabelecendo critérios para expropriação, embora não tivesse o instituto de uma área máxima a partir da qual se poderia expropriar. Em compensação estabelecia critérios de produtividade, muito contestados por autores como o futuro ministro de Pinochet, Pablo Baraúna, que perdera o pai num processo de Expropriação,[[4]](#footnote-4) mas que acabariam prevalecendo naqueles momentos. Em1963 aprovou-se uma emenda constitucional, que permitiu pagamento noventa por cento do valor da expropriação em cotas anuais. O Fazendeiro[[5]](#footnote-5) tinha ainda a opção de oferecer suas terras para a reforma e receber mais rapidamente a indenização. A reforma no governo de Alessandri, ainda que com a lei em vigor pouco se avançou, mas o panorama mudaria.

Em 1964 os olhos do continente voltaram-se para a eleição presidencial: enfraquecida, a direita apostou suas fichas em Eduardo Frey. O líder democrata cristão falava em Revolução em Liberdade e contrapondo-se à candidatura marxista de Salvador Allende. Frey venceu com relativa facilidade a eleição, mas se os proprietários pensaram que a paz estava garantida, o governo, desde o princípio mostraria uma atitude diferente. Sob o jovem Rafael Moreno Rojas, a direção da Corporación de Reforma Agraria (Cora) iniciou expropriações. A mobilização proprietária pareceu limitada a estratégias defensivas. No processo que abre este artigo pudemos observar que o senhor Eleodoro Calero sua mulher Josefina Prado, a filha do casal Maria Josefina Prado e o genro Eduardo Varela, localizados em Rancagua desenvolvem uma estratégia que parece mesmo infalível. Primeiro a divisão das terras entre a família. Em abril de 1966 pedaços de terra são vendidos a vários compradores (aliás vende-se também direitos de água), e parecia ser possível evitar a expropriação. Contudo a mesma seria decretada em 2 de junho de 1966. Vários compradores entre eles o nosso conhecido Robinson Ventura buscam recorrer da expropriação, posto que se compraram antes da mesma, não poderiam ser afetados por ela. Não encontramos a justificativa da cora para não reverter tal processo, mas o fato é que em julho de 1967 todos compradores e vendedores aceitam a indenização, embora, depois do golpe de 1973 poucos tentem rever o processo.

Não foi casual que compradores e vendedores aceitassem em julho de 1967 um mau acordo com a Cora. Este ano marca a implantação de duas leis, que virariam o jogo no campo chileno: a de sindicalização rural e a de reforma agrária. Embora nós historiadores, tenhamos certas reservas em relação à legislação, é preciso refletir com Thompson, que a lei é também ela um espaço de lutas, onde os setores subalternos buscam obter melhores condições de Vida (Thompson, 1997, P: 231). No Chile a Democracia Cristã conseguira maioria absoluta nas eleições parlamentares de 1965, e seu competidor no meio popular não parecia ser mais a direita, mas sim a esquerda dividida entre os partidos socialista, comunista e o recém-lançado Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Deste modo a lei de sindicalização aprovada no parlamento, em vez de estabelecer um sindicato único por base territorial, como nas cidades, permitia a pluralidade sindical. Daí surgirem várias confederações campesinas: Ranquil, ligado aos socialistas e comunistas, inspirada na já existente Federación Campesina e Indígena, Triunfo Campesino, vinculada à Democracia Cristã, Libertad, ligada a outro setor católicico, Provincias Agrarias (controlada por grupos de direita), e Movimiento Campesino Revolucionario, braço rural do Mir, que teria vigorosa participação nas ocupações de terras do final da década (Tinsman, 2009, P: 132).

Quanto à lei agrária aprofundaria a anterior: O prazo para pagamento aumentara de 20 para 30 anos, e se estabelecia um limite para o tamanho da propriedade: 80 hectares de irrigação básica, medida que variaria de região para região. As terras seriam entregues em cooperativas denominadas assentamentos, e depois de três anos, de acordo com o projeto da DC seriam entregues em parcelas individuais. Para José Bengoa a direita instrumentalizaria o desejo camponês de tornar-se proprietário da terra, para minar por dentro as estruturas coletivistas desenhadas a partir da presidência, fosse no caso da DC, fosse no governo da Unidade Popular (Bengoa, 2016, P: 45).

É provável que José Bengoa exagera ao falar de uma Revolta Campesina generalizada, a partir da decretação das leis em 1967, mas esta hipótese não pode ser de todo descartada. De fato a partir da implantação das leis, com um Estado, que expropriava terras e que desenvolvia o Servicio de Educación Sindical, como alguns anos antes a Superintendência de reforma agrária fizera no Brasil, antes dos atropelos do golpe de 1964, possibilitara que o campesinato erguesse a fronte. O velho paternalismo, que infantilizava o roceiro, parecia não ter mais lugar. Em várias zonas do Chile Central as greves começavam a ser uma realidade. O fenômeno da Fazenda Santa Marta no Vale de Longotoma, se generalizava: primeiro a greve, com um caráter reivindicativo, depois a rejeição a ela, mais tarde a ocupação das terras. Mas o patronato ainda tinha com o que contar: em primeiro lugar havia os camponeses leais que participavam das chamadas “retomas”, visando expulsar camponeses, num fenômeno similar ao daqueles camponeses, que combateram Zózimo Torres, que buscava expropriar a Fazenda Huando em Huaral, Peru, no início dos Anos 1970 (Seguel, 2012, P: 43; Ribeiro, 2017, P: 54). Outro recurso era a luta política: quando analisamos processos de expropriação em Coquimbo, identificamos a presença de sindicatos tentando obter a expropriação de terras e a intervenção junto a um senador democrata cristão, que buscava impedir a mesma.

As expropraçoes e ocupações de terras, possibilitaram o reagrupamento das forças de direita, que se reposicionaram no parlamento em 1969, ganhando muitos votos a antes imbatível democracia cristão. O centro político perdia ímpeto, com o crescimento das forças de direita e extrema direita, que se materializou na rebelião do coronel Roberto Viaux em 1969. Em 1970 trinta mil famílias estavam assentadas em quatro milhões de hectares já distribuídos. Não era pouca coisa num país sem tradição de luta campesina. As eleições seriam chamadas a eleição do século: pela primeira vez os analfabetos e os cegos votaram: Allende foi o único a falar para estes e eles tendencialmente votaram no candidato da esquerda. A vitória por trinta mil votos, similar àquela obtida por Alessandri, mas desta vez sobre alessandri, abriu enormes expectativas no país. Seria a revolução chilena feita em marcos democráticos? As expectativas começaram a ser preenchidas muito rapidamente em zonas como Maleco e Temuco, as áreas, onde tradicionalmente os Mapuches reivindicavam suas terras. Militantes miristas chegaram a estas regiões para “conscientizar” os camponeses. Em verdade não seria necessário muito esforço. Fossem os Mapuches, excluídos de suas terras, fossem os camponeses, que trabalhavam nas duras condições de vida da florestal Panquepule em Neutume, todos sabiam bem de suas dificuldades. A vitória de Allende abriu a caixa de Pandora para ocupações de terras e da fábrica, que utilizava os recursos florestais. Eram as chamadas corridas de Cerco, ou seja, remover as cercas que antes os fazendeiros haviam posto sobre as antigas terras mapuches.

A reforma agrária não tinha sido pensada para contemplar os Mapuches. O lema terra para quem nela trabalha, autêntico mantra das esquerdas em todo continente, fora pensado, para quem, bem ou mal, já tinha acesso à terra, o que em muitos casos não era a situação dos indígenas. Mas a situação era potencialmente explosiva para o governo: de um lado ali, não estava o fazendeirão absenteísta do Chile central, mas o descendente de imigrantes, que tradição, conforme no sul do Brasil, sempre cantara, como indutor do progresso naquele desolado e gélido sul do Chile. Por outro lado não apoiar a histórica demanda daqueles índios que tinham votado em Allende, significaria perder apoio logo no começo do governo: agiu-se rápido: o ministro da agricultura, Jacques Chonchol, que dinamizara a reforma agrária por anos no governo da Democracia Cristã, deslocou-se a Temuco, e legalizou em boa medida o que os camponeses fizeram. A reação não se faria esperar: aglutinados na Sociedad Nacional de Agricultura, dirigentes do |Complexo Agrario do Sul, reagiram e seriam uma das pontas de lança golpistas, ainda antes de 11 de setembro de 1973 (Corréa, 2005, P: 235).

No Chile Central as ocupações se aceleravam, promovidas principalmente pelo Mir e pelos socialistas. Doña Alicia Muñoz, atual dirigente da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas, me conta em uma entrevista da importância da presença mirista para a ocupação do Fundo Agua Fria, onde ela morava e que dois de seus sobrinhos também militavam no Mir. “Ali houve de tudo: fazendeiros provocavam e uns jovens sem experiência trocaram tiros com eles.”[[6]](#footnote-6)De todo modo as ocupações de terras dinamizavam-se e com elas as expropriações. A memória dos proprietários vê este período como o do caos. Normalmente se queixam de que as terras não produziam depois de expropriadas. Isso é em parte é verdade, embora seja necessário salientar alguns aspectos: em primeiro lugar, como vimos a reforma fora pensada para atender quem já estava na terra. Os que não trabalhavam a terra seriam deixados para outro momento. Foram criados durante o governo Allende os Centros de Reforma agrária, depois os Centros de Produção, que significavam tentar englobar os de dentro e os chamados afuerinos, os eventuais chilenos. Não se pode esquecer entretanto que os recursos governamentais para quaisquer investimentos foram rareando rapidamente: Henry Kissinger teria afirmado que faria a economia chilena gemer de dor. Seja, como for os preços do cobre despencaram no mercado mundial. A pressão estadunidense, reagindo às nacionalizações combinou-se com a pressão interna das elites chilenas em pânico face às expropriações. Em outubro de 1972 a primeira greve de caminhoneiros paralisou o Chile, num país onde o transporte rodoviário, como no Brasil de nossos dias, era essencial para transportar todos os gêneros. De acordo com Bengoa houve exemplos de assentamentos de reforma agrária, que funcionaram bem, mas a memória geral, que ficou foi a da paralisia. Se em seu pronunciamento de maio de 1973 o presidente poderia anunciar o fim do latifúndio, isso não se refletiu na produção.

Outro ponto que análises mais recentes observam sobre a reforma chilena é a falta de participação das mulheres. Embora houvesse os centros de mães, era exatamente neste papel, que a mulher era pensada, não como produtora. A reforma fora pensada para o agricultor e sua família, não para uma mulher independente, mas é preciso ter em mente que à época raros foram os projetos de reforma, talvez Cuba tenha sido a exceção, que pensara uma condição feminina mais autônoma (Tinsmann, 2009, P: 65)

Como vimos no sul do Chile a reação contra a reforma se intensificava. Quando em agosto de 1973 o congresso, controlado pela oposição, aprovou uma lei de controle de armas, as forças militares já atuaram nesta região em parceria com ex-proprietários com a desenvoltura com que atuariam poucas semanas depois em todo país. O golpe de Estado e a reversão da reforma agrária já acontecia ali antes de 11 de setembro. Quando o Palácio de La Moneda foi bombardeado e o presidente Allende assassinado em 11 de setembro o campesinato estaria na linha de gente dos que sofreriam o peso da repressão.

**2 – O Ajuste de Contas: Contrarreforma Agrária (1973-1990)**

*“Nossos maridos não nos contavam que estavam nas ocupações de terras.*

*Quando houve o golpe de fato nós não sabíamos o que estavam fazendo!”*

*Alicia Muñoz em depoimento inédito ao autor.*

Se a memória dos expropriados é a da dor pela perda da terá a dos campesinos é a dor da perda dos seus entes queridos. Dona Alicia se lembra que quando os militares chegam ao fundo Água Fria, pisoteavam com seus coturnos cabeças de camponeses, tentando obter informações de supostos guerrilheiros. Em regiões como Paine, província de Santiago a parceria público privada entre militares das forças armadas, carabineiros e fazendeiros expropriados, fez-se nos primeiros momentos do golpe. Juan René Maureyra Moreno, ele mesmo Neto de um desaparecido, que, membro do Partido socialista, ousara não participar do locaut promovido pelos patrões semanas antes do golpe, observa que mais do que recuperar a propriedade, para os terratenentes, era indispensável, recuperar o poder perdido para um campesinato, que nunca poderia ter levantado a cabeça. O patrão até poderia dar ele mesmo algum tipo de concessão ao campesino, mas a partir do seu critério, nunca de uma reivindicação. Daí as simulações de fuzilamento, as torturas os desaparecimentos, e a proscrição a que se votaria também as famílias dos expropriados (Moreno, 2009,2012, P: 54)

Se a repressão vigorosa foi um trabalho relativamente fácil feito com desenvoltura reorganizar o sistema produtivo rural já seria coisa mais complicada. A reforma afinal tinha funcionado por onze anos. Não seria tão simples assim devolver a terra aos expropriados, como se nada tivesse acontecido. As mudanças tinham sido profundas demais. Se num plano mais geral desenvolveu-se uma disputa entre militares desenvolvimentistas, que aceitavam algum tipo de intervenção estatal na economia e o grupo em torno de Pinochet, que sustentava a necessidade de uma atuação neoliberal, que seria modelo para os defensores desta linha, no plano agrário seria preciso inicialmente avaliar o que fazer com a terra. No processo que abriu este trabalho, aqueles que pediram as terras de volta ou pelo menos a reserva de terras a que tinham direito, ficaram sem seus objetivos. O regime atuou de forma variada, mas pode-se dizer que houve um critério: áreas que foram expropriadas legalmente, tenderam a não ser devolvidas. Àreas ocupadas por movimentos campesinos, tenderam a ser tomadas aos novos cultivadores. Tomar a terra do novo cultivador não necessariamente significou devolvê-la ao antigo, às vezes, como no sul, áreas florestais foram entregues a favoritos do regime, que passaram a ser novos senhores de terras.

Quanto aos camponeses que ficaram com as terras, só tiveram as terras. O regime as parcelava em pequenos lotes individuais, sem crédito ou assistência técnica. [E assim que uma empresa vitivinícola chilena arrematou dezenas de pequenos lotes rurais a pequenos cultivadores que não tinham outro remédio a não ser vender por preços ínfimos (Bengoa, 2016, P: 54).

Quanto aos terratenentes antigos ou novos a médio prazo também teriam suas queixas. Se no primeiro momento conseguiram alguma proteção ante a abertura econômica do regime à concorrência estrangeira, ao fim dos anos 1970, com o regime consolidado teriam de enfrentar, eles mesmo a concorrência no mercado interno em produtos como o arroz e o trigo. Um impiedoso articulista do jornal El mercúrio em 1982 perguntava se os proprietários estavam saudosos da reforma agrária.

Agora as teorias de Milton Friedman, que inspirava os economistas formados em Chicago ouviam-se vigorosas nos altos escalões ditatórias: a ideia era que o Chile deveria produzir uma cesta de bens que o mercado internacional estivesse disposto a pagar por eles. Além do cobre, o mercado poderia pagar altos preços pelo salmão, explorando o litoral recortado, produtos florestais do sul e frutas produzidas na contraestação, sendo vendidas para abastecer o inverno do hemisfério norte, além dos tradicionais vinhos chilenos. Em relação ao trabalho a produção frutícola gerou a feminização do trabalho no país. A partir de fins dos anos 1970 cada vez mais mulheres trabalhavam na embalagem das delicadas frutas chilenas.

Será neste contexto que os sindicatos rurais chilenos se irão reativando. Dona Alicia me conta que a primeira ação mais efetiva após o golpe foi buscar os desaparecidos, com o apoio do cardial D. Raúl Silva Enriques, que tivera importante papel na luta por reforma agrária, aliás a arquidiocese de 1962 já fizera seu plano piloto de reforma agrária em suas terras. Foi ainda a diocese santiaguina, que através de sua rádio, organizou em 1977 o primeiro festival del Canto Campesino, para mostrar que o movimento existia e estava vivo. Em 1978 a Ranquil foi formalmente fechada pelo regime, mas isso fazia pouca diferença, dado o grau elevado da repressão.

Quando em 1979 decretou-se a lei de sindicalização, é que se pode começar a atuar, dentro dos rígidos limites da época. Dona Alicia me explica que era necessário entregar ao prefeito da cidade onde haveria a reunião uma pauta do que seria discutido e depois uma ata do que fora discutido. Evidentemente tanto uma como a outra, não correspondiam exatamente à realidade do que se debatia nos encontros.

Apesar das dificuldades a Ranquil e outras confederações se organizaram na Comisión nacional Campesina, que fora articulada junto à Igreja Católica.

De acordo com Eidi Tinsmann a situação mudança rapidamente no meio rural, especialmente nas áreas de fruticultura: o trabalho cada vez mais femininizado, as mulheres, bem ou mal, tendo acesso ao consumo, e a duríssima luta do dia a dia nos campos. Os beneficiários da reforma que puderam ficar com as terras, depois do golpe (o decreto-lei 208 indicava que quem tivesse tido envolvimentos com o regime anterior seria excluído da terra), tiveram de vender sua parcela, o que leva os expropriados a recordar que els não tinham mesmo condição de receber a terra e que afinal a reforma foi mesmo um mal passo. O país se modernizava do ponto de vista do engajamento no mercado mundial. Mas a dependência em relação aos mercados cobraria seu preço e em 1982 a crise do México, expressa através da declaração de moratória da pátria asteca, representou um golpe nas expectativas das elites chilenas. Os protestos da oposição cresceram e em 1983, apesar da repressão, de queima de dirigentes campesinos, estou o chamado “Paro de Chile”, uma greve nacional em maio. Ainda que não tenha atingido o meio agrário, a greve significou panelaços, como a direita promovia nos tempos de Allende, protestos de rua e algumas ações de guerrilha urbana. O Partido comunista, depois de ter duas direções exterminadas pelo regime, abandonou sua tradicional linha conciliatória e partiu para a luta armada, culminando num frustrado ataque armado contra Pinochet em 1986.

Frustradas as pretensões guerrilheiras a oposição, inclusive o débil movimento camponês apostou as fichas numa saída deixada pelo próprio regime: Em 1980 fora imposta num plebiscito, sem supervisão internacional, nem espaço para a campanha da oposição, uma constituição, que dava mais dez anos de permanência na presidência a Pinochet. A mesma constituição marcava um novo plebiscito para 1988 onde o povo diria se queria o ditador na presidência por mais oito anos até 1998. Mesmo que Pinochet perdesse lhe estaria assegurado o comando do exército até 1998 e depois uma senatoria, sem o incômodo de uma disputa eleitoral. De todo modo as forças de oposição agarram a campanha do No, como a saída possível e em 1988, o general foi derrotado, ainda que obtivesse quarenta e quatro por cento dos votos, o que não era pouco para um regime que durava quinze anos.

Mas a vitória contra Pinochet completada pela de Patricio Aylwin, um dos dirigentes civis do golpe em 1989 não significava a reversão do modelo neoliberal. A privatização de educação, saúde e previdência continuariam intactas, assim como seguiriam incólumes as estruturas repressivas do período anterior. Dona Alicia me recorda que as muitas confederações campesinas (segundo ela são dezessete atualmente), eram todas exageradamente tímidas em suas reivindicações, sob a justificação de que havia de cuidar a democracia. Além do mais em temas específicos como os das mulheres, confederações como a Ranquil, pouco teriam a dizer, pois continuavam sem incluir temas de gênero comezinhos, como as creches para as crianças ou banheiros femininos adequados em zonas de produção frutícola. Daí sentirem elas a necessidade em 1998 de criarem a Asociación Nacional de Mujeres Rurales, mais tarde Rurales e Indígenas.

O tema indígenas renasceria sob as reivindicações mapuches, que indicam não só o respeito a terra, mas também ao território, expresso na língua e nos costumes. Deste modo as confederações campesinas, especialmente a Ranquil, que tanta importância tiveram nos anos 1960-1970, agora tinham pouquíssimo caráter mobilizador.

Do lado terratentente, embora não houvesse mais o velho latifúndio sempre poderiam argumentar que a reforma agrária não teria sido necessária, já que por exemplo no caso das frutas de contraestação, haveria estudos desde os anos 1930, e as coisas poderiam-se ter processado “naturalmente”. De todo modo em seus depoimentos continuam guardando a raiva de ter havido um momento no Chile em que a expropriação fora vista como fundamental para o desenvolvimento do país, coisa que desejam recordar para que não volte a ocorrer.

**Conclusão**

A agricultura chilena teve seu passado importante no período colonial, quando abastecia zonas mineiras do Peru. Em meados do século XIX abasteceu Austrália e Califórnia, com importantes recursos especialmente o trigo. Isso não significou melhoria nas condições de vida para os inquilinos, mas representou um momento importante para os setores terratenentes. Entretanto o aumento populacional nestas regiões logo permitiu o florescimento das produções locais e a agricultura chilena, talvez com a exceção da produção vitivinícola entrou em uma paralisia, que na década de 1930 pareceu decadência. Sem gerar divisas para o mercado interno o terratenente chileno, como seu par peruano, tinha de garantir o controle sobre terra e trabalhadores, através do espaço político, que controlava, mesmo que no caso do país de Violeta Parra, este controle tivesse uma feição parlamentar e não oligárquica.

A industrialização fomentada entre os anos 1930 e 1960 levou a maior imigração para as zonas urbanas e a falta de capacidade desta agricultura em produzir gêneros para o mercado interno, levou rapidamente a um questionamento do papel deste setor, que mantinha viva a acumulação de terras, mas pouco fazia com elas. É verdade que o sul, mostrava uma feição mais dinâmica, às custas aliás do açambarcamento de terras mapuches, mas isso não era suficiente para abastecer o crescente mercado interno. Deste modo no início dos anos 1960 havia no Chile um relativo consenso acerca da necessidade de uma Reforma agrária. Este consenso seria acutizado por dois fatores externos: A reforma agrária promovida pela revolução cubana e pressão de certos *policy makers* estadunidenses, que passaram a ver na reforma a vacina contra a Revolução. Pressionado interna e externamente o presidente Alessandri não teve outro remédio senão enviar em 1962 um projeto de lei de reforma aprovado no parlamento.

A lei ridicularizada, como de Macetero, abriu caminho à reforma, e o novo presidente Eduardo Frey, através do jovem Rafael Moreno Rojas, desencadeou o aprofundamento da Reforma, dentro dos limites que a lei permitia. Acuado o setor proprietário, através da Sociedad de Agricultura, viu-se sem condições de resistir à reforma a não ser em medidas táticas, como aquelas vendas, um tanto “apressadas” de meados dos anos 1960. A partir de 1967, com a sindicalização campesina e a nova lei de reforma agrária, os movimentos camponeses, antes pouco coordenados com apoio do PC ou da Democracia Cristã ou outros grupos dinamizaram-se promovendo greves e ocupações de terras.

Isso possibilitou o progressivo reagrupamento do setor proprietário rual. Já durante o governo Frey, mas principalmente após a ascensão de Allende os proprietários de terra convenceram aos industriais expropriados aos setores médios, sempre temerosos do avanço dos subalternos e até aos caminhoneiros e mesmo aos campesinos, que desejavam não uma lote em propriedade coletiva, mas uma parcela individual de que sua causa era a de todos estes grupos. Unia-se a defesa da propriedade à defesa da liberdade. Coordenada a reação em parceria com o governo do presidente Nixon, somando-se aos desentendimentos das forças de esquerda, seriam uma combinação fatal para o presidente Allende e seu projeto democrático e socialista. O golpe militar de 11 de setembro significou não apenas o cancelamento da reforma agrária, mas da chamada via chilena ao socialismo, que tentou conciliar aspectos da democracia liberal, como o pluralismo político, com a igualdade social.

Estabelecida a ditadura empresarial-militar, [[7]](#footnote-7) era muito fácil o trabalho repressivo. Ainda que muito mobilizado o campesinato estava literalmente desarmado. Difícil foi reorganizar o sistema pós-reforma. Daí a necessidade de manter-se parte das terras, cerca de quarenta e cinco por cento em mãos dos beneficiários (embora sem a menor assistência), e passar-se terras a não aos antigos terratenentes, mas sim aos novos senhores, que pudessem ter capitais para investir. Ao velho país exportador de trigo e vinho substitui a pátria que exporta vinho frutas e bens florestais, embora as condições de trabalho fossem duríssimas. A reativação dos sindicatos foi feita de forma extremamente precárias sob condições ditatoriais, enquanto a velha SNA, perdia em parte, sua antiga capacidade de representação.

Quando o regime Pinochetista passou a história seu legado, seria um campo tecnologicamente modernizado, mas com um nível importante de pobreza entre os trabalhadores. Em nossos dias se a Velha SNA, entidade criada em 1838 busca exorcizar o fantasma da reforma, lideranças como as mulheres da Anamuri, reivindicam uma nova reforma agrária, não mais baseada apenas no aumento da produtividade, mas em condições de produção mais saudáveis, afastando-se da produção de transgênicos e do uso vigoroso de agrotóxicos. Para quem caminha pelo Chile em nossos dias, tais reivindicações podem parecer utópicas, no pior sentido da palavra, já que a produção agrária ganha hoje importante peso na balança de pagamentos chilena, claro que sem jamais ofuscar o cobre. Da capacidade deste novo setor campesino de tornar suas reivindicações fundamentais para outros setores, depende a possibilidade de as alamedas agrárias chilenas se abrirem novamente para outra experiência de reforma agrária.

**Referências Bibliográficas**

Aggio, Alberto – Democracia e Socialismo. A Experiênica Chilena. São Paulo, Edusp, 2001.

Bengoa, José – Historia Rural de Chile Central. Santiago, Lom Editores, 2015.

Idem – Reforma Agraria y Revuelta Campesina. Santiago, Lom Editores, 2016.

Carrasco, Tamara - El campesinado entre Frei y Pinochet. Testimonios de Ia Reforma Agraria en tres momentos: comunitaria, socialista y contrarreformista. Huelquén, Paine (1967-1976). Santiago, Universidad de Santiago, Tesis de Maestrías, 2012.

Corréa, Martín – La Reforma Agraria em las Tierras Mapuches. Santiago, Lom, 2005.

Loveman, Brian – The Struggle in the Countryside:Politics and Rural labor in Chile: 1919-1973. L? Indiana, 1976.

Moreno, Juan René Maureira – Enfrentar com la Vida a La Muerte: Historia y Memorias de la Violencia y el terrorismo de Estado em Paine. Santiago, Santiago, tesis de Licenciatura em Historia, 2009.

Ovale, María Angélica –*Reforma Agraria Chilena: Testemuños de Sus Protagonistas.*Santiago, Memoriter,2013.

Peralta, José (org) A Desalambrar: Historia de Mapuches e Chilenos em la Lucha por la Tierra. Santiago, Lom, 2006.

Ribeiro, Vanderlei Vazelesk - FLORESCER E MURCHAR DOS LARANJAIS: REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA NUMA FAZENDA PERUANA (1958-2005). Cadernos PROLAM/USP (Online). , v.16, p.136 - 153, 2017, P: 38-57..

Seguel, Mathias CalderónMemorias de la Reforma Agraria: La lucha por la Tierra en el Valle de Longotoma. Santiago, Lom, 2012.

Tinsman, Eidi - La Tierra para El Que la Trabaja: Género, Sexualidad y Movimientos Campesinos em la Reforma Agraria Chilena. Santiago, Lom Editores, 2009.

Idem - Se compraron el modelo Consumo, uva y la dinámica transnacional: Estados Unidos y Chile durante la Guerra Fria. Santiago, Universidad Alberto Hurtado, 2016.

Thompson, E. P. Senhores e Caçadores. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Ulloa, Roberto Santana. *Agricultura Chilena em el Siglo XX. Contextos, Actores, Espacios Agrícolas.*Santiago, Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museós, 2006.

Vasconcelos, Joana Salen – Reforma Agrária e Socialismo na América Latina. In: Ribeiro, Vanderlei Vazelesk , Secreto, Verónica – Agrarismos: Sociologia e História do Rural Contemporâneo. Rio de Janeiro, Mauad, 2017, P: 237-257.

1. O processo que contém o memorial de Robinso e Irenio pode ser observado em: Servicio Agrícola y Ganadero, fundo Exproppiaciones, Comuna de Rancagua, Carpeta relativa a Eleodoro Infante Calos, Folhas 72-77. [↑](#footnote-ref-1)
2. No chile Central o termo mais comum é inquilino, sobre aquele que tem um pedaço de terra para cultivar em troca de trabalho gratuito na fazenda. Chamar campesino, soa exagerado, especialmente se o leitor tem em mente o camponês europeu. [↑](#footnote-ref-2)
3. A revolução cubana provocou incontáveis efeitos em todo continente. Joana Vasconcelos realiza um cotejo entre a realização das duas reformas no continente e como o olhar sobre o tema cubano influenciou também a direita chilena. Ver: Vasconcelos, 2017, P: 234). [↑](#footnote-ref-3)
4. A reforma agrária era uma moda. Uns veem em julho determinada região sem nada plantado, mas é claro, estamos no inverno!” (Ovale, 2013, P: 132) [↑](#footnote-ref-4)
5. No Chile os Fazendeiros costumam referir-se a si mesmos como agricultores. [↑](#footnote-ref-5)
6. Entrevista inédita ao autor de Alicia Muñoz em 10 de julho de 2017. [↑](#footnote-ref-6)
7. Utilizamos o termo empresarial-militar, por entendermos que torna mais preciso saber quem se beneficiava do regime. [↑](#footnote-ref-7)